

# DUAS VISÕES DE UM GRANDE INTELLECTUAL

A seguir, duas reflexões de José Eduardo Faria sobre os acontecimentos de 1968. Uma exclusiva, escrita agora, em que o sociólogo do direito considera aquele ano uma efeméride, com tudo o que isso tem de restrito e episódico. E um escrito de trinta anos atrás, de 1978, quando o “maio de 68” completava uma década. Um interessante contraponto

## 1968 – A REVISÃO DE UMA EFEMÉRIDE

Por José Eduardo Faria

**M**aio de 68 começou em Paris, com as barricadas no Quartier Latin e a explosão de jovens que tinham por dogma a liberdade extrema e, como princípio evangélico, a utopia do “é proibido proibir”. Evoluiu semanas depois com a percepção, por parte dos estudantes tchecos, de que a primavera seria possível mesmo em contextos há muito tempo manchados pelo sangue da intolerância ideológica e da opressão política. Prosseguiu nos Estados Unidos, com jovens marchando para exigir a paz, e na Alemanha, com as novas gerações protestando contra o desenvolvimento de armas nucleares. Atingiu as raias da barbárie por ocasião do massacre de Tlatelolco, ocorrido na Plaza de las Tres Culturas, uma zona arqueológica da cidade do México com construções pré-hispânicas, coloniais e contemporâneas, onde, posicionados nas janelas dos edifícios, atiradores de elite do governo dispararam durante 45 longos minutos contra uma multidão estudantil indefesa, causando centenas de mortos. No Brasil, maio de 68 resultou na “passeata dos cem mil”, no Rio de Janeiro; na invasão da Universidade de Brasília por tropas do Exército, no Distrito Federal; e na chamada “batalha

da Maria Antonia”, em São Paulo – o conflito entre os estudantes de direito da Universidade Mackenzie e os alunos dos cursos de sociologia, política, filosofia e antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Quatro décadas depois, de que modo classificar e interpretar 1968? Como um *ano-constelação* no qual, sem qualquer motivo imediatamente explicável, coincidem fatos, movimentos e personalidades inesperadas e separadas no espaço, conforme diz Carlos Fuentes? Como um *processo*, sob a forma de um conjunto de grandes acontecimentos políticos que estão por trás de grandes mudanças econômicas e de transformações sociais, numa complexa dialética de continuidades e rupturas, de esperança e luta, de sonhos e delírios? Ou como simples sucessão de eventos – acontecimentos pequenos que se somam e vão ganhando corpo próprio e uma dinâmica específica que podem ou não resultar em *processo*.

Integrante daquela geração, como acadêmico de direito, e observador profissional de maio de 68 e de seus desdobramentos, como iniciante repórter de um dos mais importantes órgãos de imprensa do país, estive presente em alguns daqueles acontecimentos – da

primeira greve de camponeses ocorrida na ditadura militar, e que eclodiu na cidade do Cabo, em Pernambuco, reduto de Francisco Julião e do padre Melo, ao congresso da UNE, em Ibiúna, passando pela depredação da fachada do Citibank, na avenida Ipiranga, pelo conflito da Vila Buarque, pelos contundentes protestos durante a Feira Paulista de Opinião e, principalmente, pela ocupação da Faculdade de Direito da USP. Claro, são fatos menores no âmbito de um país periférico – *eventos* distantes do epicentro dos grandes acontecimentos mundiais da época.

É difícil avaliar o quanto os acontecimentos locais marcaram – e em que condições – a história brasileira. Eles renderam sucessivas manchetes na época, é certo, do mesmo modo como é inegável que seus desdobramentos, sob a forma de sonhos e pesadelos, tiveram um caráter ambíguo e até paradoxal: se por um lado ajudaram a denunciar a ditadura e a reafirmar as liberdades públicas, por outro serviram de pretexto para ao fechamento das instituições, por meio do Ato Institucional nº 5, de dezembro de 68, abrindo caminho para os dias mais sombrios e para os anos de chumbo do regime militar. Vencemos?

Fomos derrotados? Como explicar que, entre nós, alguns dos líderes universitários de 68 se metamorfosearam, quase quatro décadas depois, em políticos profissionais descompromissados com a ética, a moral, o interesse público e os chamados valores “neo-republicanos”?

Como explicar a burocratização da universidade pública e a manipulação de concursos, a banalização dos protestos de rua, a conversão de órgãos de representação estudantil em entidades chapa-branca a serviço de partidos sem densidade eleitoral e a concessão tão generosa e indiscriminada quanto abjeta e absurda de indenizações pecuniárias com recursos públicos, a título de ressarcimento por prejuízos materiais que a militância política teria causado?

Argutos comentaristas dos acontecimentos de 68 falam em “vitórias adia-

das” e em “derrotas pírricas”, por um lado lembrando que os frutos daqueles embates entre o movimento estudantil e a ordem estabelecida somente podem ser avaliados a longo prazo e, por outro, afirmando que os caminhos da democracia e da crítica social se abriram graças ao que se iniciou em maio, em Paris, e se encerrou de modo melancólico meses depois, com a invasão da Tchecoslováquia por tropas russas, em 20 de agosto, quando um jovem atirou uma pedra contra elas, tropeçou e foi esmagado pela lagarta de um tanque, e em 2 de outubro, com o massacre de Tlatelolco, no México. Mas em que medida é possível afirmar que, do vicejar das flores na primavera ao ovo da serpente chocado no outono, 1968 foi determinante na abertura do caminho para a queda do muro de Berlim, qua-

se vinte anos depois, bem como para a afirmação dos direitos civis nos Estados Unidos e para a redemocratização da América Latina? Há também quem coloque na mesma contabilidade o direito das crianças, a emancipação das mulheres, a defesa do meio ambiente e a defesa pela alimentação – até que ponto não se estará exagerando na importância dos acontecimentos de 1968?

Uma década depois, quando o *Estado* e o *Jornal da Tarde* lançaram em 1978 cadernos especiais comemorativos, aqueles acontecimentos ainda estavam quentes nas lembranças da memória, tendo então rendido o pequeno artigo ora publicado. É um texto do qual ainda exala um tom romântico e idealista de que, três décadas depois, abdicou. O artigo tratava de embates e contestações à luz do conceito de *felicidade pública*, que

## A HERANÇA DE 68

**N**e gâchez pas votre pourriture (não estrague sua podridão), diziam os estudantes nas revoltas de 1968. Foram tempos difíceis e aquele ano parece, efetivamente, ter resumido um estado de espírito e uma atitude intelectual que marcou – e ainda marca – as gerações posteriores. Afinal, aquele foi o ano em que os soviéticos invadiram a Tchecoslováquia e liquidaram a “primavera de Praga”. Foi, também, a época em que os universitários da Sorbonne pararam a França, durante algumas semanas, numa revolução livre, desburocratizada e dispersa, espalhando pelo resto do mundo uma onda de protestos, no sentido romântico de uma retomada dos impulsos morais que as gerações anteriores teriam deixado perecer.

A teoria – diziam os líderes dos movimentos – deveria nascer da ação. Daí, por exemplo, as afirmativas – publicadas, na época, por *O Estado de S. Paulo* – de que “os partidos não servem mais, os sindicatos estão superados, as exigências da explosão cultural são indescrevíveis, mas, ao mesmo tempo, inexistem, prontas, fórmulas substitutivas satisfatórias”. A

conclusão inevitável: “Trata-se, então, de manter e fomentar o protesto enquanto protesto, dando tempo ao tempo, até que novas proposições se formulem”.

As revoltas de 1968, contestadoras da hipocrisia e das contradições do mundo moderno, mediante uma anárquica luta pela negação da ordem, tiveram seu preço: não apenas revelaram a indigência cultural e o vazio ideológico a que as gerações universitárias dos anos 60 tinham sido reduzidas como provocaram uma violenta repressão conservadora. O Brasil não ficou distante de tudo isso: naquele fatídico 13 de dezembro, as garantias individuais e o próprio quadro da legalidade foram suspensos pelo AI-5.

Se houve alguém capaz de compreender a verdadeira natureza daqueles pesadelos tão românticos quanto violentos e inconseqüentes, como os movimentos estudantis que agitaram boa parcela do mundo ocidental, em 1968, foi sem dúvida alguma a pensadora germano-americana Hannah Arendt. Falecida em 1975, muito já se falou a respeito de suas idéias sobre a condição humana, os fenômenos revo-

lucionários, os perigos do totalitarismo e a crise da autoridade. No entanto, quase ninguém lembrou-se de que, naqueles anos agitados, foi essa filósofa de mais de sessenta anos que forneceu algumas das mais claras explicações para o comportamento revolucionário das novas gerações.

Seu ponto de partida para a compreensão dos movimentos estudantis foi o vazio cultural e ideológico que envolveu os universitários americanos nos anos 50 – silenciosos, apáticos e inconcludentes – e que se transformaram, a partir da segunda metade dos anos 60, em contestadores violentos e aguerridos. Atuando de forma barulhenta, mas motivados quase que exclusivamente por valores morais – o que parece ser raro hoje, principalmente no que se refere à luta pelo poder – a experiência vivida em passeatas de rua e agitações nos *campi* possibilitou a essas gerações a descoberta de um novo aspecto do jogo político: *agir é divertido*.

Em outras palavras, os estudantes de 1968 finalmente teriam encontrado aquilo que o século XVIII chamou de *felicidade pública*: quando o homem toma parte

Hannah Arendt retomou em ensaios antológicos sobre a verdade e a mentira na política. O texto, que partia da premissa *arendtiana* de que “a capacidade de agir em conjunto” leva ao “poder legítimo”, deixou de lado a questão essencial das motivações da ação. O que a geração de 68 tanto perseguia – a crítica social, a humanização do sistema político do Leste europeu, formas alternativas de vida e a “legitimidade revolucionária” (independentemente do que isso significa em termos concretos)? Igualmente, pelo que se lutava – a intolerância contra a autoridade, uma tendência cultural já visível a olho nu no início da década de 60? Qual era ao certo o inimigo a se combater: o conformismo? A ordem capitalista? Os conservadores valores das famílias pequeno-burguesas? O individualismo possessivo e hedonista? As

diferentes formas de opressão ideológica? As ditaduras políticas? As promessas humanistas de luta contra as diferentes formas de fascismo na vida social?

O fato, inegável, é que 1968 marcou época – interpretá-lo, desculpando-me pelo jogo de palavras, é outra história. Relendo no arquivo do *Estado* o que foi publicado na época, inclusive textos meus, relembro-me de que sólidas e tradicionais democracias liberais ruíram, ditaduras militares foram denunciadas, governos à esquerda e à direita se sucederam em pouco espaço de tempo, o desrespeito corroeu a autoridade e figuras públicas hieráticas do pós-guerra foram moralmente agredidas por estudantes tão atrevidos quanto seduzidos por seus próprios discursos. Nada, absolutamente nada, foi poupado naqueles meses singulares e agitados que hoje

se constituem em *efeméride*, no sentido mais corrente que os dicionários dão à palavra. Carlos Fuentes disse recentemente que não vivemos hoje sob os ares daquele ano, que a história não se repete, que não se pode confiar em idílios e que 68 não deve servir para a comemoração de vitórias particulares, ainda que seja correto analisar fatos passados, para descobrir o que não conseguimos conquistar. Mais cáustico, o historiador Elias Saliba adverte para o perigo desse tipo de balanço – o risco de que se converta em “paixão da maturidade” ou em “lugares de memória”, onde ficam nossas expectativas nostálgicas.

Efeméride. Este é, certamente, o termo que melhor se aplique aos acontecimentos de 1968. Quarenta anos depois, creio ser essa a maneira mais prudente de voltar os olhos para o passado.

da vida pública, abre para si mesmo uma dimensão da experiência humana que, de outra forma, ficaria-lhe fechada e que, de certa maneira, constitui parte da *felicidade completa*.

Acontece, entretanto, que os aspectos positivos daquelas revoltas logo foram neutralizados pelo fanatismo, pelas ideologias, pelo tédio e por uma destrutibilidade criminosa que, nos países de instituições débeis, criou condições para o aparecimento de ditaduras e totalitarismo. Afinal, como a própria Hannah Arendt reconhece, as coisas boas da história geralmente duram pouco, embora mais tarde possam vir a ter uma influência decisiva durante longos períodos.

Os distúrbios de 1968, de acordo com essa visão, coincidiram com uma séria crise quanto à validade da ciência e a crença no progresso, o que precipitou um conflito na redefinição de fins e funções no âmbito da universidade e acabou provocando um impasse sem precedentes entre os corpos docente e discente. Assim, o processo de politização da universidade não teria partido dos estudantes, mas dos próprios professores, na medida em que assumiram posições excessivamente dogmáticas ao discutir seu papel como cientistas, contribuindo com isso para comprometer a imagem de respeito e seriedade das investigações científicas.

Ora, como Hannah Arendt afirmou ao discutir o lugar da verdade e da mentira na política, *poder* e *verdade* são conceitos perfeitamente legítimos nas suas prerrogativas, mas ambos totalmente independentes: nesse sentido, enquanto a veracidade jamais esteve entre as virtudes políticas, as mentiras sempre têm sido encaradas como instrumentos justificáveis.

Dessa forma, o difícil ano de 1968 assistiu não somente a um mero conflito de gerações, mas sim a um dos momentos culminantes da crise de autoridade que vem envolvendo o mundo contemporâneo desde o início da década de 60. Como o pior inimigo da autoridade é o desrespeito, foi justamente pela perda de confiança em seus mestres que os estudantes sentiram-se tentados a substituí-la pelo *poder* (a capacidade de agir em conjunto), invertendo as regras do jogo e tentando ditar seus próprios destinos. É isso que explica, por exemplo, as barricadas do Quartier Latin e ocupações de Berkeley e outras importantes instituições universitárias pelo *poder estudantil*, em 1968.

A força física foi o mais eficiente (quando não o único) instrumento que os dirigentes públicos encontraram para desalojá-lo, uma vez que o impasse havia atingido seu ponto crítico, o que, pelo menos em parte, acabou justificando a reação igualmente violenta do movimento

estudantil, com a finalidade de “arrancar a máscara da hipocrisia da face do inimigo”. O grande erro, entretanto, surgiu quando os mais rebeldes radicalizaram suas posições e acabaram identificando a negação da ordem com a liquidação dos elos mais fracos de poder estabelecido nas instituições universitárias, onde, justamente, residia sua própria força.

Era por isso que, na época, Hannah Arendt afirmava que a universidade somente poderia continuar como base de poder dos estudantes na luta pelas suas reivindicações enquanto tivessem a suficiente lucidez de não serrar o galho em que estavam sentados. Em outras palavras, sua advertência era no sentido de que qualquer radicalização violenta não apenas levaria a maior parte dos movimentos estudantis ao fracasso como, ainda, poderia acarretar sua própria destruição.

Alguns anos depois, quando a crise de autoridade e de legitimidade do mundo contemporâneo ganha novos contornos, este é um dos aspectos mais importantes da herança deixada por Hannah Arendt: a compreensão do comportamento revolucionário da geração de 68, no sentido de que o idealismo, correção e magnitude de suas aspirações jamais poderiam justificar a adoção de métodos arbitrários e a destruição da própria universidade como instituição. 